

Da Moral Pintada à Moral Vivida - O que sacrificamos primeiro: a virtude, a consequência ou o dever?

Helena Santos Leitão¹

¹ Médica Radiologista, Professora no Mestrado Integrado em Medicina - Faculdade de Medicina e Ciências Biomédicas da Universidade do Algarve
helena.santos.leitao@gmail.com

A medicina é uma prática orientada por valores. Mesmo com evidência científica, protocolos e tecnologia, decidir em clínica não é apenas aplicar regras, pois frequentemente será necessário fazer escolhas em contextos de incerteza, recursos limitados e com consequências reais na vida das pessoas. Além disso, a evidência nem sempre eliminará a ambiguidade. O mesmo problema pode admitir várias opções clinicamente aceitáveis, com riscos e benefícios distribuídos de forma diferente. Nesses casos, a decisão depende também de valores, prioridades e do contexto, incluindo as preferências do doente, o impacto na família e até os limites do sistema. Tudo isto torna inevitável a presença de dilemas morais na prática médica. Na matemática dois mais dois são quatro. Na medicina, nem sempre. Os dados podem estar incompletos, as pessoas não são médias e probabilidades estatísticas e a melhor decisão pode variar com o que se valoriza. A própria inteligência artificial (IA) introduz atualmente desafios adicionais. Por isso, a reflexão moral é essencial para reconhecer conflitos, justificar escolhas e garantir que a tecnologia permanece subordinada ao propósito central da medicina: cuidar com competência, justiça e respeito pela dignidade humana

Anatomia pintura com Moral

Alfred Elmore foi um pintor irlandês do século XIX (1816 -1881) e *On the Brink* é talvez um dos seus quadros mais conhecidos e do género de pintura com uma Moral. O seu título significa (numa tradução literal) "À Beira de..."

Mas na realidade o que estará a ser descrito na pintura? Após uma análise cuidada poderemos facilmente completar o título como, À Beira do Abismo, À Beira de uma Decisão ou até, À Beira do Limite.

Estamos do lado de fora de uma casa a olhar através de uma janela aberta. No lado de dentro da casa uma divisão de cores berrantes identifica um salão de jogos com diferentes pessoas absortas em atividades recreativas. Um homem, obscurecido, encontra-se debruçado na janela no interior dessa casa e aparentemente estará a sussurrar algo a uma jovem, sentada do lado de fora, num jardim, com uma aparência angustiada. Este quadro exemplifica as preocupações que a sociedade vitoriana manifestava acerca do jogo e em particular quando esta circunstância envolvia mulheres jovens. As cores vivas e o ar absorto das pessoas no interior da casa, que se mostram indiferentes ao sofrimento da jovem, são contrastantes e gritantes nesta pintura.

A jovem tem uma decisão a tomar e isto reflete-se nos diversos elementos que o pintor nos ilustra. Apenas metade da cara da jovem está iluminada pelo luar, a dualidade entre a luminosidade e a escuridão, a antítese do bem e do mal, a sua compulsão ao jogo demonstrada pela bolsa vazia na mão direita e pela carta de jogo rasgada a seus pés, a figura do homem nas sombras e que não se consegue discernir, pois não é iluminada nem pelo luar nem pela luz do salão, algo que diaboliza um personagem que tenta corromper a jovem donzela, e a cor das flores retratadas, com o branco demonstrando a pureza em oposição ao lilás manifestando o obscuro e a paixão.

A jovem tem uma decisão a tomar perante um dilema, deverá conservar a sua virtude, mas sofrer as consequências das suas escolhas ou aceitar a proposta sussurrada pelo homem à janela?

Ética e/ou Moral?

Ao longo da minha prática médica e académica, bem como na minha vida pessoal, tenho testemunhado um desenvolvimento científico e tecnológico acelerado (quase vertiginoso), no



Figura 1. Pintura com o título *On the Brink*, de Alfred Elmore, 1864, óleo sobre tela, com dimensões 113.7 cm × 82.7 cm (44.8 in × 32.6 in) exposta no Fitzwilliam Museum, Cambridge. *E's [for] Mr Elmore. She's tempted to sin; She's fair. Will the lily or the passion flower win? Academy Alphabet', Punch, 13 May 1865*

meio de uma sociedade plural e em constante transformação, onde a diversidade de princípios e valores se intensifica, mas onde persistem comportamentos fraudulentos (basta ouvir as notícias) que fragilizam e corroem a confiança. É neste quadro, que a palavra ética é frequentemente mencionada, mas, curiosamente, o uso da palavra moral é porventura evitado. Poderíamos pensar que será por serem consideradas sinónimos. Se do ponto de vista histórico até as poderíamos considerar sinónimos, são e têm realidades muito distintas. Ética tem origem no grego, na palavra eethos escrita com vogal dupla, cujo sentido original foi morada ou guarida. Ao longo do tempo esta palavra sofre uma transformação com Ésquilo, Tucídides e Aristóteles, sendo então escrita sem vogal dupla, ethos, o que a faz mudar de sentido passando a significar hábitos ou costumes. De acordo com Agostinho Lopes, terá sido esse o significado introduzido no latim, e para o qual Marco Túlio Cícero no seu tratado filosófico sobre o destino irá defender que “aquela parte da Filosofia que diz respeito aos costumes, e que os gregos chamam de ethos (...) é conveniente que quem queira aumentar o vocabulário da língua latina a chame de moral”¹. Assim os dois termos gregos sofreram uma tradução para mos (mores-plural), e que acabou por dar origem à palavra Moral em português. No entanto, mais uma vez a palavra grega ethos irá sofrer uma modificação para eethos, mas não irá adquirir o sentido original de morada ou guarida, passando a significar caráter^{1,2}. Nas palavras de Oscar Wilde: “Chamamos ética ao conjunto de coisas que fazemos quando estão todos a olhar. Ao conjunto de coisas que fazemos quando ninguém está a olhar chamamos caráter”. Para maior clareza de raciocínio poderemos dizer que a Moral será um sistema de normas e valores que condicionam a ação de cada um de nós (bem versus o mal), resultantes de uma pressão externa, ou seja, das convenções aceites; já a Ética é a prática da moral, preocupa-se com o fundamento da prática da ação humana (ato correto versus ato incorreto), “uma pressão interna e que vem do interior de cada um de nós, tal uma consciência revolucionária que nos suspira: - Olha lá, nem tudo vale por igual. Com certeza há uma razão para a tua escolha.”²

Concorda-se com Patrão Neves na sua definição: “(...) a Ética responde à questão por que ajo como ajo? (...) a Moral responde à questão como devo agir?”³

O que são Dilemas Morais e como Resolvê-los?

Para responder a esta questão teremos de a simplificar ainda mais e recuar até à pergunta: O que é um dilema? É uma situação em que um agente (cada um de nós) será forçado a escolher entre duas ou mais opções e em que nenhuma delas é totalmente aceitável, pois todas as ações possíveis terão consequências que nós gostaríamos que não existissem. Os dilemas morais são exercícios fantásticos com um aspeto interpelante e que nos obrigam a repensar ideias de justiça e injustiça, de ética, de valores morais, a nossa noção do bem e do mal e como estes poderão (ou não) variar com o contexto. Falamos em dilemas morais quando estes envolvem a ação humana e têm consequentemente implicações morais. As premissas são simples: i) o agente moral (cada um de nós) vê-se obrigado a tomar uma decisão sobre qual a melhor ação possível; ii) existem várias possibilidades de escolha; e iii) não sabemos o que será moralmente aceitável para cada escolha, pois certos princípios (morais) serão comprometidos e as expectativas de alguém serão sempre traídas.

Então, como decidir perante a dúvida ou incerteza que um dilema moral provoca? Deixa-se aqui um sistema, que esperamos (pois não existem fórmulas mágicas), possa ajudar o leitor perante hercúlea tarefa comportamental. O primeiro passo será talvez definir claramente o problema e as opções disponíveis; analisar quais os objetivos, critérios, restrições para a nossa decisão; quais os possíveis impactos de cada opção; quais as partes interessadas e como poderão ser afetadas pela nossa decisão ou não-decisão (qual a desvantagem que iremos provocar a cada um dos envolvidos). Deveremos evitar julgamentos emocionais ou tendenciosos que poderão

“contaminar” a decisão e, pelo contrário, enveredar pela objetividade e pela imparcialidade, se conseguirmos...

No próximo passo aplicaremos estruturas éticas para analisar o dilema e avaliar as opções. Estas estruturas éticas são formas sistemáticas de pensar sobre questões morais, baseadas em valores ou princípios. Seguidamente, será necessário pesar os prós e os contras de cada opção e identificar os compromissos que seremos capazes de aceitar e fazer. “Tudo se deveria tornar o mais simples possível, mas não simplificado” (Albert Einstein). Neste caso será difícil tornar simples, mas poderemos tentar simplificar o processo para que este nos ajude na estruturação e apreciação de um dilema moral:

- Determinemos sobre os factos
- Deliberemos sobre os valores
- Assentemos sobre os cursos de ação
- Façamos prova de consistência na avaliação de cada caso
- Tomemos a nossa decisão definitiva

Será sensato avisar desde já o leitor que o mais difícil na avaliação dos dilemas morais será **manter a nossa consistência na decisão**, algo que poderão comprovar ao longo desta exposição, ou talvez não para os “moralmente coerentes”. Seguidamente abordaremos resumidamente as três estruturas éticas mais populares (Virtudes, Utilitarismo e Deontologia) e as suas alegações sobre a metafísica da moral (quais os fundamentos que tornarão uma ação boa ou má) e a epistemologia da moral (como sabemos o que tornará uma ação moralmente boa ou má). Claro está, cada uma possui os seus pontos fortes e fracos e estes deverão ser atentamente ponderados sempre que alvitramos a sua aplicação. A ética das Virtudes gira em torno do carácter e dos motivos do agente moral e questiona qual a opção que reflete a melhor versão de nós próprios e dos nossos valores. A aquisição destes valores é o principal objetivo do agente moral, mesmo que este possa errar ao longo da sua vida, irá aprender com estes erros e tornar-se-á um ser virtuoso, que só poderá agir de forma moralmente virtuosa, pois as suas ações refletem a sua virtuosidade de carácter. Contrariamente à teoria das virtudes que se interroga

sobre a pessoa que somos ou que queremos ser, a Deontologia interroga-se sobre o que nos guia e o que devemos fazer. A Deontologia concentra-se nos deveres e obrigações do agente moral, que se esforça por seguir valores morais universais (imperativos categóricos) e também por questionar qual a opção que mais respeitará os direitos e a dignidade dos envolvidos (age como pensas que todos deveriam agir, uma lei que pode servir para todas as pessoas). O que torna uma ação correta é o respeito por princípios, como não mentir e não instrumentalizar pessoas. O Utilitarismo, por sua vez, julga a moralidade pelos resultados. Uma decisão é correta se maximiza o bem-estar global, isto é, se produz a maior felicidade para o maior número de pessoas envolvidas. Aqui, o foco está em pesar custos e benefícios e considerar imparcialmente as consequências. Será que, ao longo do tempo, a ciência não foi avançando sobretudo sob o signo do utilitarismo? Em todo o caso, no seu conjunto estas três teorias oferecem perspectivas diferentes para pensar a decisão moral: o nosso carácter, o nosso dever e as consequências¹.

Finalmente, ao pesquisar a literatura é frequente encontrarmos diversas classificações para os dilemas morais e entre essas muitas classificações, abordam-se apenas dois exemplos que se tornaram “casos de estudo” do pensamento moral e ético, não por representarem a experiência comum, mas precisamente por a poderem levar ao limite. Num dilema moral de proibição, como a Escolha de Sofia (romance de William Styron Jr., 1979): a caminho do campo de concentração, Sofia é abordada por um soldado que a obriga a fazer uma escolha dramática, qual dos dois filhos (um menino e uma menina) seria morto na câmara de gás e qual seria poupado. Caso se negasse a fazê-lo ambos seriam mortos. Como compreenderão, todas as ações são moralmente proibitivas. Aqui a atenção concentra-se na pressão para transgredir aquilo que é uma interdição moral e na pergunta, deveras perturbadora, mas intelectualmente fecunda sobre o que significa agir quando todas as opções parecem moralmente contaminadas. No dilema moral de obrigação, temos o aluno de Sartre: um dos alunos de Sartre tinha a mãe doente e prometeu que cuidaria dela, no entanto, decorria a

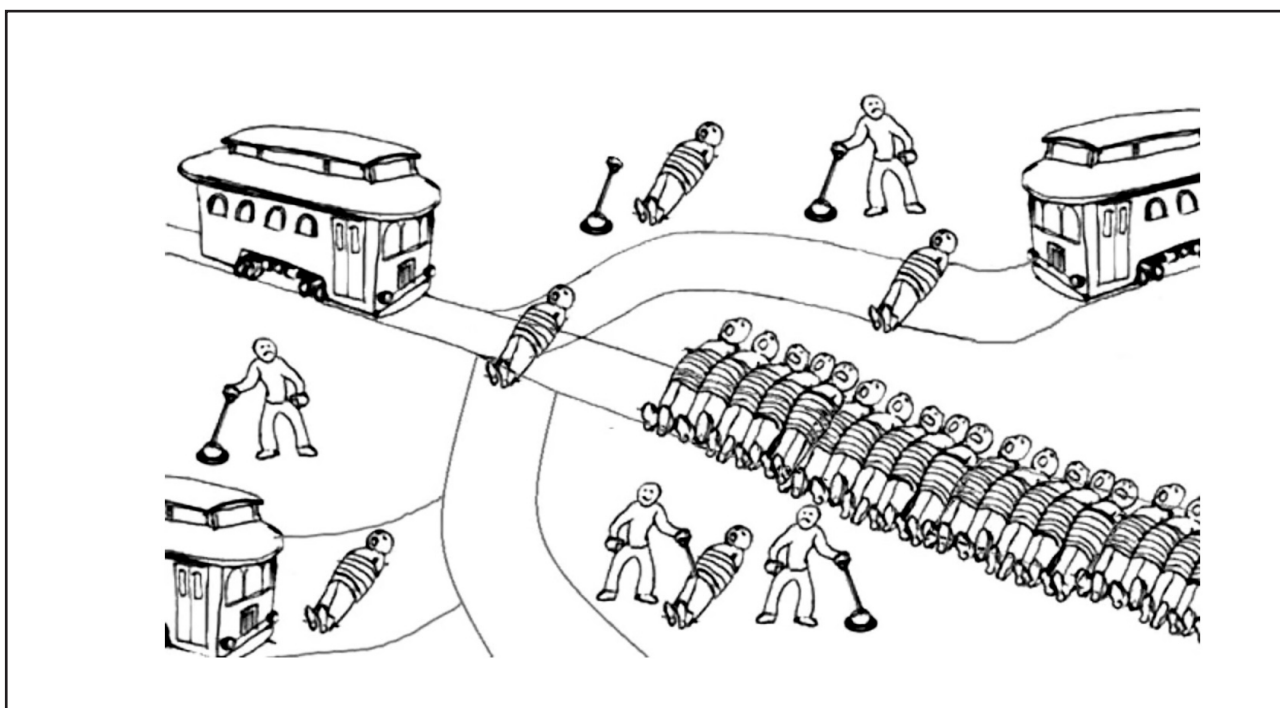


Figura 2. Desenho correspondente ao *Everything is a trolley problem*, presente no Blogue de Richard Carrier "Ah the infamous Trolley Problem. So ubiquitous (...). A lot people people don't like the Trolley Problem." in <https://www.richardcarrier.info/archives/18845>.

Segunda Guerra Mundial e a França estava em guerra com a Alemanha. Assim, o aluno tinha duas obrigações que deveria cumprir, por um lado cuidar da sua mãe e ficar em casa e por outro alistar-se no exército para lutar contra um agressor. Neste caso ambas as ações são obrigatórias. O determinante está no conflito entre deveres que reclamam prioridade simultânea, tornando visível a dificuldade em hierarquizar razões morais sem um critério previamente estabelecido. A escolha destes dois casos serve, portanto, um propósito sobretudo heurístico e pedagógico, permitindo que, em situações muito extremadas, se observe com maior nitidez a complexidade do que pode ser o nosso conflito moral.

Dissecando o Dilema do trolley (elétrico) e outros...

Everything is a trolley problem.

Um dos primeiros dilemas a ser testado empiricamente foi concebido por Philippa Foot (1920-2010). Considerada a mãe do dilema, foi uma filósofa britânica, professora de filosofia moral (ramo da filosofia que estuda a natureza da moralidade) e os seus trabalhos abrangem 50 anos de estudos nesta área. Modernizou a teoria ética Aristotélica (das Virtudes), demonstrando que esta era adaptável à nossa visão contemporânea do mundo e que estaria apta a competir com estruturas éticas mais populares como o Utilitarismo e a Deontologia. O dilema do trolley (*tram dilemma*) foi publicado pela primeira vez em 1967 na *Oxford Review*, no âmbito de uma discussão mais alargada sobre a doutrina do duplo efeito⁴. O duplo efeito refere-se aos dois efeitos (má ação e boa ação) que

a ação do agente moral pode produzir. Uma má ação poderá ser moralmente aceite se não for intencional e for apenas o efeito secundário de uma boa ação. Para podermos falar da doutrina do duplo efeito terão de se verificar algumas premissas: i) o ato principal deve ser bom; ii) a má ação não pode ser intencional; iii) a boa ação não deve ser resultante da má ação; iv) as duas ações devem ser separadas; e v) o efeito da boa ação deve ser superior ao efeito da má ação.

Ao longo dos anos de experiência pedagógica, verifico que uma introdução didática a este dilema pode ser feita a partir de uma série de televisão (comédia) norte-americana denominada *The Good Place*, que esteve no ar inicialmente entre 2016 e 2020 com quatro temporadas. A sua premissa inicial é o facto de uma mulher (Eleonor) ser recebida no “paraíso” (*Good Place*) após a sua morte e como recompensa pela sua vida íntegra e honesta. Este “paraíso” foi construído por um “arquiteto” (Michael). No entanto, rapidamente (para não dizer assim que lá chega...) Eleonor apercebe-se que está no “paraíso” por engano e que deverá esconder o seu comportamento prévio em vida (que foi moralmente imperfeito), enquanto faz o possível para se tornar numa pessoa mais ética. Para a ajudar nesse desiderato ficamos a conhecer um outro personagem (Chidi), que se encontra igualmente no *Good Place*, e que é, claro está, professor de filosofia moral. O dilema do trolley, que em baixo se descreve, aparece retratado nesta série e pode ser encontrado igualmente em vídeo⁵. O dilema é relativamente simples e basta imaginar que cada um de nós é o condutor de um elétrico desgovernado, no qual os travões não funcionam, e que se dirige em direção a cinco trabalhadores, que estão presos na linha do elétrico e não conseguem sair. Existe, no entanto, uma outra opção pois poderemos puxar uma alavanca que redireciona o elétrico para uma linha diferente, salvando os cinco trabalhadores. Mas, ao desviar o elétrico este irá forçosamente matar o trabalhador ferroviário que está preso nessa outra linha e que não tem possibilidade de fugir.

As perguntas que decorrem deste cenário são múltiplas:

- Será correto salvar cinco pessoas e matar uma que não corria perigo de vida?
- Ao matar uma pessoa não estaremos a instrumentalizá-la para salvar outras?
- Salvar cinco pessoas é melhor do que salvar uma?
- Quem escolheu não puxar a alavanca, mudaria de opinião se estivéssemos a falar de 50 pessoas em vez de cinco?
- Não será juridicamente pior matar cinco pessoas do que matar uma?

Por um lado, haverá quem acredite que o correto seria causar o mínimo de dano possível e aquilo a que Philippa Foot chama os *positive duties* (deveres positivos), como o condutor não pode evitar matar em nenhuma das situações (os travões não funcionam), então que mate o menor número de pessoas possível. Isto introduz igualmente a questão do duplo efeito em que uma má ação poderá ser moralmente aceitável se for resultante de uma boa ação (e cujo efeito será superior ao efeito negativo da má ação) e as duas ações deverão ser separadas. Salvando cinco pessoas estaremos a beneficiar e proporcionar felicidade ao maior número de pessoas envolvidas e a utilizar uma estrutura ética de decisão utilitarista. Mas por outro lado, podemos igualmente argumentar que intervir nesta situação seria imoral, pois é diferente redirecionar uma ameaça a ser causador de uma nova ameaça que não existia previamente, ou seja, sermos os causadores de um sofrimento que não haveria sem a nossa intervenção. Neste caso far-se-á uma clara distinção entre antecipar a morte e provocá-la. Para além disso se consideramos que todas as vidas são importantes e têm direitos iguais, será sempre errado matar uma, mesmo que o nosso propósito fosse salvar cinco. Não matar é um limite que nunca deverá ser ultrapassado e entende-se a presença de moral na recusa do sacrifício de um em prol de muitos, pois cada indivíduo tem o seu “espaço moral”, único e pessoal e que não deve ser invadido. Nesta situação aprofundamos as estruturas éticas deontológica e das virtudes do agente moral. O utilitarismo coloca a ênfase na consequência da ação do

agente moral (qual a ação que trará maior benefício para o maior número de envolvidos?), a deontologia na regra moral da ação (o que respeitará os direitos e a dignidade dos envolvidos?) e as virtudes na própria virtude e nos valores do agente moral (que pessoa quero ser? A melhor versão de mim próprio).

Mas, para quem optou por puxar a alavanca, será importante, e isto por uma razão de consistência de decisão, apresentar o dilema do cirurgião desenvolvido por Judith Thomson (filósofa americana, 1929-2020)⁶. Equacionemos que somos um cirurgião com cinco pacientes a precisarem do transplante de um órgão, ainda hoje, caso contrário morrerão. Dois precisarão de um rim cada um, outros dois de um pulmão cada um e o último de um transplante de coração. Curiosamente, chega à nossa consulta um utente para a sua avaliação de rotina e é saudável. Como nos descrevia Judith Thomson "(...) *you are such a great surgeon that the organs you transplant always take*".⁶ Mais uma vez, curiosamente, este utente é compatível em termos de doação de órgãos com os outros pacientes que já seguíamos clinicamente e para além disso tem esses órgãos saudáveis. Voltaria a matar um para salvar cinco?

Sim outra vez?

Não?

Tempus fugit... TIC TAC TIC TAC TIC TAC....

Se agora a sua resposta foi não, lembre-se que na deontologia algumas regras morais não devem ser ultrapassadas, mesmo que isso permita salvar a vida de mais pessoas. No entanto, previamente formulou-se "FAZER PROVA DE CONSISTÊNCIA" na avaliação dos dilemas. Terá realmente conseguido?

Agora imagine um elétrico desgovernado a seguir numa linha onde, mais à frente, estão cinco pessoas presas à via e que morrerão se nada for feito. O agente moral está agora numa ponte por cima da linha e, ao seu lado, encontra-se um homem muito, mas mesmo, muito gordo. Não há alavancas para travar o elétrico, e a única maneira de o parar seria empurrar esse homem para a via, fazendo com que o seu

corpo bloqueasse o veículo. Ele morreria, mas as cinco pessoas seriam poupadas. Caso contrário, essas cinco pessoas morrerão⁶.

Estes dilemas confrontam-nos com a diferença entre permitir um mal (que inexoravelmente irá acontecer, não salvamos e não matamos), redirecionar uma ameaça e causá-la diretamente (iniciando a ameaça). Até que ponto é aceitável provocar intencionalmente a morte de alguém, tratando-o como um meio para salvar outros, ainda que o saldo final de vidas pareça "melhor"? A forma como respondemos aos dilemas morais revela, muitas vezes, menos uma regra estável e mais uma sensibilidade variável. Ou seja, pequenas alterações no cenário podem levar-nos a conclusões opostas, mesmo quando os números e o desfecho se mantêm. Haverá casos-limite e desacordo razoável quando estamos perante a "mesma ameaça".

O que antes parecia uma discussão meramente teórica ou filosófica ganhou, hoje, uma urgência prática incontornável. A evolução dos carros autónomos e a generalização de sistemas de apoio à decisão baseados em inteligência artificial (IA) trouxeram a ética e a moral para o centro do nosso quotidiano. Já não discutimos apenas o que é certo em abstrato, mas o que uma máquina fará, em segundos, quando estiverem em jogo vidas humanas, direitos, valores e consequências irreversíveis. E, apesar disso, continuamos sem uma resposta consensual para traduzir princípios morais em decisões algorítmicas. As máquinas não decidem por instinto, empatia ou intuição, decidem por instruções. Precisam de critérios claros, explícitos e verificáveis que convertam valores em regras, e regras em ação. O desafio é precisamente este: que valores e que estruturas éticas poderemos/deveremos fornecer à IA para que atue salvaguardando a preservação e a segurança humanas, se nós próprios somos frequentemente guiados pela ambiguidade, pela subjetividade? A vida seria tão agradável sem contradições... embora, pensando bem, isso contradiga um pouco a própria vida.

Deixa-se aqui, para reflexão, uma frase de David Edmonds (filósofo britânico), que explora e desenvolve adaptações do dilema do *trolley* (elétrico) e da ponte (*fat man* - homem gordo): "Talvez fosse um desastre se de cada vez que agimos, tivéssemos de refletir sobre as consequências da nossa ação. Por um lado, seria mais moroso e por outro criaria um mal-estar popular. Muito melhor é ter um conjunto de regras que nos guiem⁷."

Referências

- 1 Lopes, J.A. (2014). Bioética - uma breve história: de Nuremberg (1947) a Belmont (1979). *Revista Médica de Minas Gerais*, 24(2), 262-273.
- 2 Leitão, H.S., Barbosa, C. (2025). Da Lâmina Fina ao Microscópio: Fundamentos de Bioética e a Histologia Jurídica do Consentimento Informado. *Lex Medicinæ, Revista Portuguesa de Direito da Saúde*. Ano 22, 44, 49-71.
- 3 Neves, P.A. (2023). A ética como desafio e os desafios da ética. A. D. Santos (Coordenador). *Desafios de ética contemporânea* (1ª ed., pp. 15-29). Edições Silabo, Lda.
- 4 Foot, P. (1967). The Problem of Abortion and the Doctrine of the Double Effect. *Oxford Review*, No. 5.
- 5 <https://www.youtube.com/watch?v=DtRhrfhP5b4>
- 6 Thomson, J.J. (1985). The Trolley Problem. *The Yale Law Journal*, 94, 1395-1415.
- 7 Edmonds, D. (2014). *Would you kill the fat man? The trolley problem and what your answer tells us about right and wrong*. (1st ed., p.78). Princeton University Press.